

Operacionalizações de gramáticas no site da Folha de S. Paulo:

o caso Fabiane de Jesus¹



Micael Vier Behs²

Resumo

O artigo aborda o conceito de dispositivo midiático enquanto ambiência sócio-técnica voltada à reprodução simbólica. Toma o site do jornal Folha de S. Paulo como objeto empírico para demonstrar, a partir de materiais postos em circulação em decorrência de um caso de linchamento, as complexidades mútuas estabelecidas na interposição de gramáticas de produção e reconhecimento no interior do dispositivo. As afetações entre essas duas instâncias não acontecem livres de regramentos.

Palavras-chave: Dispositivo; Gramáticas; Contrato; Miatização.

Resumen

El artículo aborda el concepto de dispositivo mediático en cuanto al entorno socio-técnico volcado a la reproducción simbólica. Utiliza el sitio del periódico Folha de S. Paulo como objeto empírico para demostrar, a partir de materiales puestos en circulación en recurrencia de un caso de linchamiento, las complejidades mutuas establecidas en la interposición de gramáticas de producción y reconocimiento en el interior del dispositivo. Las afectaciones entre esas dos instancias no ocurren libres de reglamentos.

Palabras clave: Dispositivo; Gramáticas; Contrato; Mediatización.

Abstract

The article discusses the concept of media device while socio-technical ambience focused on symbolic reproduction. It takes the website of the newspaper “Folha de São Paulo” as empirical object to demonstrate, from materials put into circulation due to a case of lynching, the mutual complexities established by the interposition of production grammars) and recognition within the device. The repercussions between these two instances do not happen free of regulations.

Keywords: Device; Grammars; Contract; Mediatization

¹ Artigo apresentado no 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo realizado em Santa Cruz do Sul – UNISC.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos.

Dispositivo midiático: aplicações conceituais do termo

A proposta deste artigo é discorrer acerca do conceito de dispositivo midiático enquanto lugar, material ou imaterial, a partir do qual há a combinação de processualidades de ordem técnico e humano com vistas à reprodução simbólica (BOUTAUD & VERÖN, 2007). Apropriando-se do conceito em questão, o artigo quer tencioná-lo tomando como objeto o site do jornal Folha S. Paulo, dispositivo no qual são acionadas, via contratos, gramáticas de produção e reconhecimento da narrativa jornalística. Neste dispositivo, os lugares de fala se revessam, possibilitando uma apropriação difusa do espaço enunciativo, assim como a constituição de uma amálgama discursiva capaz de combinar elementos da cultura jornalística a questões de ordem individual. Para fins de análise empírica, o artigo concentra seus esforços na descrição das gramáticas acionadas pelo campo produtor e receptor em torno do caso do linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, amplamente divulgado pelo site da Folha de S. Paulo entre os dias 4 e 21 de abril de 2014.

A definição de dispositivo tomado como “aparelho”, “meio”, ou “instrumento” conduz a uma visão mecanicista de um conceito mais complexo apenas capaz de ser apreendido, como sugere o francês André Berten (1999), mirando-se nos “objetos emergentes” da fusão entre a técnica e o simbólico. Isso significa dizer que um dispositivo midiático comunicacional não corresponde a um simples artefato técnico com a prerrogativa de gerar mediações sociais. Há inteligência e performances enunciativas contidas nestes “objetos” não humanos, o que segundo Serge Proulx (2013) estabelece conhecimentos distribuídos em uma rede formada por seres humanos e por artefatos cognitivos.

A interpretação, embora simplista, de um dispositivo, enquanto “lugar” ou “espaço”, oferece indicativos pertinentes ao seu modo de funcionamento. Os “espaços” e os “lugares”, assim como os dispositivos, são expansivos e mutáveis. Sua constituição não obedece a um regramento linear, sendo moldada por um *modus operandi* a partir do qual o dispositivo mobiliza recursos a fim de acionar movimentos discursivos e, assim, instaurar regimes de construção de sentido.

O autor francês Maurice Mouillaud, ao discorrer sobre as operacionalizações postas em cena pelo jornal impresso, descreve o dispositivo como o lugar “no qual o enunciado toma forma, não desempenhando o simples papel de contexto” (1997, p. 85). Segundo Mouillaud, o leitor vincula-se ao jornal interpretando-o como um “olho mágico”, um lugar com prerrogativa de condensar os fatos do dia em relato jornalístico.

O jornal sobre o qual disserta Mouillaud corresponderia a uma matriz capaz de impor suas formas aos textos, não apenas emoldurando-os, mas também sugerindo noções interpretativas. Esse movimento “condutor” do processo de leitura seria acionado pela vertente pragmática do jornal contida em seu “contrato”. Segundo Verón (cit. in. Fausto Neto, 1995), o contrato

corresponderia a espaços imaginários sugeridos ao receptor e que o conduziria por rotas de maior liberdade, assim como por percursos balizáveis ao longo da espacialidade do jornal. Do mesmo modo, a metodologia em torno do contrato de leitura estaria desafiada a descrever as modalidades discursivas a partir das quais determinado veículo apresenta um conjunto de informações, construindo neste percurso o vínculo entre o meio e o leitor (VERÓN, 1999, p. 97).

Na década de 70 do século passado, segundo Jean Meurier (1999), Baudry já havia dissertado extensamente sobre a combinação entre elementos técnicos e simbólicos no cinema. Demarcado por uma ambiência específica, a sala de cinema corresponderia a um dispositivo capaz de gerar efeitos sensíveis, inaugurando uma relação inusitada do espectador com o real.

É importante destacar, no entanto, que o conceito de dispositivo não foi empregado originalmente no campo comunicacional. Com base nos trabalhos desenvolvidos por Foucault no campo das Ciências Sociais, por exemplo, Cartier (cit. in. Ferreira, 2002) analisou o ambiente da sala de aula enquanto dispositivo regrado por discursos, práticas e objetos específicos.

A sala de aula moderna é um ambiente cujas discursividades estão, de fato, ancoradas por estruturas tecnológicas como lousas digitais, notebooks e datashows. Essas mesmas estruturas intermediam uma relação entre o professor e o grupo de alunos. Essas relações, por sua vez, são reguladas por regimentos e diretrizes exteriores à própria sala de aula e determinam a temporalidade das trocas enunciativas, o conteúdo básico das interações e as condutas a serem obedecidas por ambas as partes.

Assim sendo, institui-se numa sala de aula uma ambiência comunicacional prescrita por condutas pelo menos teoricamente reguladas, cuja disposição dos interagentes em cena é dada a priori e o sentido dos enunciados está indissociável do seu local de inscrição. O dispositivo, aqui, faz cooperar elementos técnicos e discursivos na produção de sociabilidade.

Jairo Ferreira (2008, p. 6), explica que “o conceito de dispositivo é produzido nas Ciências Sociais e, simultaneamente, nasce a partir de reflexões específicas do campo da comunicação”. Ao citar trabalhos de Poster (1990) e Fidalgo (2006), o autor assinala o potencial do conceito em demarcar uma convergência histórica em que os processos sociais, processos de comunicação e a mídia encontram-se num cenário de inter-relações.

2 Especificidades do dispositivo

Inscritos num determinado tempo histórico e social, os dispositivos midiáticos estão envoltos por uma pragmática comunicacional, sendo operacionalizados por elementos técnicos utilizados em produção e em reconhecimento. Nesse sentido, aos dispositivos são atribuídas modalidades específicas de discursividade social, o que garante a sua permanente renovação e lhe confere certo grau de imprevisibilidade diante dos usos e atribuições que lhe são ofertados.

Assim sendo, a pertinência de um dispositivo midiático enquanto espaço engendrador de discursividade e complexidade social exige, num primeiro momento, que esse mesmo dispositivo esteja acessível aos seus potenciais usuários. A potencialidade técnica do sistema, portanto, é imediatamente anulada quando distante dos interlocutores que a fazem operar sentidos.

Para além da questão da acessibilidade, os dispositivos midiáticos também precisam ser efetivamente integrados à cotidianidade de seus usuários. Serge Proulx (2013, p. 5) enfatiza que “se você apenas domina o objeto técnico sem integrá-lo à sua vida profissional, pessoal e doméstica, não há uma verdadeira apropriação”.

Os usos e apropriações cotidianas dos dispositivos geram, por sua vez, reconfigurações em sua estrutura e operacionalidades originais. Mesmo que a interface técnica pressuponha uma determinada apropriação humana do dispositivo, sua real e efetiva utilização apenas permite ser mensurada quando atravessada pela engenhosidade de cada interagente.

Um exemplo dessa dinâmica é o *Twitter*. Quando concebido, em 2006, as interações suscitadas pelo *microblog* estavam alicerçadas pela pergunta-título “O que você está fazendo?”. Em 2009, no entanto, as interações passaram a estar centradas na questão “O que está acontecendo?”. Atualmente, as interrogações deram lugar a uma expressão genérica simplesmente convocando o interagente a “publicar um novo Tweet”.

Essas transformações ao longo dos anos são sintomáticas do movimento de apropriação do dispositivo por seus usuários. Antes de procurar “conduzir” a natureza das interações suscitadas, os arquitetos do *Twitter* se deram conta de que as atividades e conteúdos circulantes pelo *microblog* eram tão vastos e heterogêneos que não fazia mais sentido estabelecer uma baliza norteadora dos processos circulatórios ali desenvolvidos. Antes mesmo de o *Twitter* sugerir, em 2009, uma alteração na pergunta norteadora das interações suscitadas pelo dispositivo, os seus usuários já haviam reinventado as modalidades de apropriação do dispositivo.

Com base na obra de Michel Foucault, Gilles Deleuze argumenta que um dispositivo é demarcado por linhas de força, embora estas não sejam intransponíveis. Paralelamente, às linhas de força, “na medida em que o dispositivo o deixe ou faça possível”, são estabelecidas linhas de subjetivação a partir das quais as orientações originais da enunciação centradas no dispositivo são reinventadas. “Alguém se perguntará se as linhas de subjetivação não são o extremo limite de um dispositivo, se elas não esboçam a passagem de um dispositivo a outro; neste sentido, elas predispõem as ‘linhas de fratura’” (DELEUZE, ano, p. 3).

Ao avançar em sua análise foucaultiana, Deleuze sugere a “novidade e a criatividade” como marcas primordiais para a fixação do dispositivo, assim como para a sua transformação ou fissura em proveito de um dispositivo do futuro. Neste sentido, percebe-se a vocação reinventiva dos dispositivos estabelecida justamente a partir da sobreposição de uma intencionalidade primeira definida pela disposição de seus elementos téc-

nicos, e uma apropriação criativa desse instrumental pelas pessoas que os fazem operar sentidos.

Embora, o dispositivo faça operar as suas engrenagens visando determinados efeitos, Ferreira (2004, p. 8) explica que os acoplamentos entre a sociedade, a linguagem e a tecnologia geram determinações mútuas, momento em que cada um dos polos se alterna como dominante.

A relação da tecnologia com a sociedade só passa a pertencer ao comunicacional na medida em que se produzem acoplamentos entre tecnologia, técnica e linguagem (desde os acoplamentos que possamos identificar nos dispositivos pré-históricos até os contemporâneos) (FERREIRA, p. 5, 2009).

Mirando-se nestes sistemas de acoplamentos recíprocos, pode-se inferir que o dispositivo, por si só, não garante qualquer tipo de mediação. Estas advêm das operações postas em jogo e que demarcam defasagens entre o aquilo que o dispositivo se propõe a fazer e o que, efetivamente, se faz com o dispositivo, cenário que aponta para uma complexidade crescente tanto da oferta quanto da demanda informativa.

3 Complexidades produtivas e interpretantes

O processo de transição da “sociedade dos meios” à “sociedade midiaticizada”, como sugere Fausto Neto (2008), está associada à complexidade assumida pelas mídias, enquanto lugar de interações atravessadas por novas modalidades de construção de sentidos.

Esse movimento de alargamento dos sentidos é produzido tendo em vista a multiplicação de dispositivos sócio-técnicos sobre os quais se articulam, através da circulação de enunciados, relações complexas entre uma gramática de produção e gramáticas de reconhecimento (VERÓN, 1996).

Faz-se assim, na circulação uma complexa atividade mediadora envolta em alguns “constrangimentos discursivos” produzidos pelas imposições de diferentes ‘lugares de falas’, cujas marcas, de alguma forma, se manifestam no trabalho discursivo do porta-voz. (FAUSTO NETO, p. 51, 2013).

A construção de discursividades está imbricada na fusão entre gramáticas de produção e reconhecimento, cada qual, por sua vez, vinculada a condições de produção e recepção (BOUTAUD; VERÓN, 2007). Isso significa dizer que uma infinidade de “leituras” é acionada pelo campo receptor, tornando a cadeia de sentidos interpretantes impossível de ser inferida aprioristicamente. Nesse sentido, é importante diferenciar a figura do destinatário enquanto sujeito imaginado, construído no discurso em relação à figura do receptor enquanto sujeito real (VERÓN, 1999, p. 96).

Boutaud e Verón (2007) esclarecem que os efeitos de outros discursos recobrem tanto as condições de produção quanto as de reconhe-

cimento da informação. No entanto, as gramáticas de produção estão ancoradas por um sistema de instruções formalizadas, considerando os meios como “instituições complexas que operam no mercado dos discursos midiáticos”.

Esse movimento de formalização das condições produtivas, todavia, não se aplica às gramáticas de reconhecimento, condicionadas por complexas “operações semióticas nutridas por lógicas individuais” e que extrapolam as diretrizes interpretantes estabelecidas no marco dos discursos midiáticos (BOUTAUD; VERÓN, 2007, p. 4-5).

Com base na obra de Peirce, Boutaud e Verón (2007, p. 5) revelam que enquanto os estudos clássicos de recepção estão centrados em um objeto imediato, as gramáticas de reconhecimento acionam objetos dinâmicos. Diferentemente do destinatário ideal, o receptor real tensiona os conteúdos midiáticos a imaginários construídos historicamente; ao capital cultural de que dispõe, bem como à relação particular que mantém com os diferentes dispositivos midiáticos.

Diferentemente do que pressupunham os estudos de recepção anteriores aos escritos de Paul Lazarsfeld na década de 40 do século passado, o receptor desenvolve relativa autonomia em relação às mensagens proferidas pela mídia. Para além das gramáticas de produção, os efeitos da mídia só podem ser dados a conhecer levando em consideração a história de cada texto e a cultura que envolve o ator social.

Como ambos – emissão-recepção – se encontram no interior de um contrato, deve-se considerar a mobilização de várias remissivas: relações entre texto e autor, texto com outros textos, textos referentes, enfim, saberes e várias dimensões interdiscursivas que põem por terra a noção de sujeitos (autor e leitor) objetivos. (FAUSTO NETO, p. 200, 1995).

Os contratos mencionados por Fausto Neto (1995) são operacionalizados no interior dos dispositivos midiáticos, os quais incitam o campo receptor a enxergar o fato narrado através de “lentes” interpretativas que circunscrevem a narrativa. Dessa forma, o contrato antevê a presença do outro, mobilizando-o a trabalhar “ativamente no interior do discurso” e criando vínculos mais ou menos sólidos entre o meio e o leitor (FAUSTO NETO, 1995, p. 203).

Como será demonstrado na sequência a partir da análise de observáveis de cunho empírico, o leitor também aciona “quadros interpretativos” que o faz ver para além da notícia. Esse movimento de *feedback* da emissão é acionado por dispositivos jornalísticos digitais que, a partir da seção de comentários, torna visível, pelo menos em parte, gramáticas de reconhecimento que historicamente permaneceram à sombra pelas mídias massivas de fluxo unidirecional. A voz que se manifesta, textualmente, nestes espaços de acolhida – sob determinados regramentos impostos pela operacionalidade técnica do dispositivo – permite identificar questões de contexto mobilizadas pela recepção quando tensionada pelas gramáticas produtivas.

Ao estudar os dispositivos sociais de crítica da mídia, o pesquisador José

Luiz Braga (2006, p. 39) argumenta que a sociedade não apenas sofre ou resiste pontualmente aos aportes midiáticos. Antes disso, organiza-se para retrabalhar o que as mídias veiculam.

Isso corresponde a dizer que a mesma sociedade que, por alguns de seus setores, grupos e linhas de ação, gera a mídiatização enquanto sistema produtivo, por outros setores e atividades complementa essa mídiatização por meio de operações de trabalho e de circulação comentada daquilo que o sistema produtivo oferece ao sistema de recepção (BRAGA, 2006, p. 39).

Considerando que a internet se constitui numa sociedade já largamente mídiatizada, Braga (2006, p. 41) reconhece o potencial da rede enquanto “a mídia de escolha para os dispositivos sociais de fala sobre a mídia”.

Nestes termos, a mídiatização favorece a ascensão do campo receptor ao espaço produtivo, convertendo-o em co-gestor de enunciações até então guardadas a distância. Este processo torna-se possível tendo em vista os processos de interação que foram dinamizados com a emergência tecnológica.

Tomando como referência o discurso jornalístico posto em cena pelo site do jornal Folha de S. Paulo em torno do caso do linchamento de uma mulher supostamente acusada de sequestrar crianças para rituais de magia negra após veiculação de boato em página do Facebook, passamos agora a oferecer indicativos preliminares em torno dos agenciamentos discursivos postos em cena pelas gramáticas de produção e recepção.

Entre os dias 04 e 21 de abril de 2014, o site do segundo jornal de maior circulação no país publicou 33 materiais, entre reportagens, editorial e textos opinativos, direta ou indiretamente associados ao caso. Centenas foram os comentários suscitados.

Para fins de análise, o site em questão será tomado enquanto dispositivo sócio-técnico a partir do qual, sob determinados regramentos, pode-se inferir pela análise dos materiais postos em circulação as condições de produção e as ressignificações acionadas pela recepção, via comentários.

Uma primeira questão determinante, tendo em vista a natureza do próprio dispositivo em análise, diz respeito à associação entre os discursos e a própria cultura que circunscreve os atores envolvidos. Segundo Verón (cit. in. FAUSTO NETO, 1995, p. 197), a produção de discursos mantém relação com aspectos não discursivos, considerando a impossibilidade de se “conceber qualquer fenômeno de sentido a margem do trabalho significante de uma cultura, seja ela qual for e, por conseguinte, fora de uma sociedade determinada”.

É preciso considerar, portanto, o contexto que circunscreve a oferta dos sentidos, tendo em vista que, segundo Pinto (2002, p. 26), a superfície dos textos é reveladora de “pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentido”. Passamos, agora, a elencar marcas preliminares da construção de sentidos acionadas por gramáticas de produção e recepção em torno do caso.

4 Inferência sobre a construção do acontecimento pelo viés da produção

Os discursos que circunscrevem o site do jornal Folha S. Paulo não estão soltos numa espacialidade imaterial – o website –, mas encapsulados em torno de um dispositivo que, segundo Mouillaud (1997), não revela a existência de uma entidade técnica estranha aos sentidos. Ante disso, “se o texto e o dispositivo são, por sua vez, o gerador um do outro, sua relação é uma relação dinâmica” (MOUILLAUD, 1997, p. 34).

Na tentativa de organizar a multiplicidade de temas cabíveis de serem relatados a partir de tratamento jornalístico, o website da Folha de S. Paulo, assim como faz a versão impressa, nomeia editoriais passíveis de acolher uma diversidade de temas considerando a sua natureza. No caso em análise – a construção do acontecimento em torno do linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus –, as matérias de caráter informativo produzidas em torno do ocorrido estiveram circunscritas pela baliza semântica da editoria “Cotidiano”. A etimologia do termo faz menção a um acontecimento “que sucede ou se pratica habitualmente” e oferece um primeiro indicativo para a leitura da narrativa jornalística.

Veiculada no dia 4 de maio, a primeira notícia publicada no site é apresentada somente na forma de texto e resgata, entre outras fontes, a fala do advogado que representa a família de Fabiane, Airton Sinto. A declaração de Airton à Folha é sintomática das mudanças ocasionadas pelo protagonismo midiático nas formas de organização societária. O advogado não aponta um suspeito, nem mesmo um grupo potencial de suspeitos pelo crime, mas “atribui parte da culpa pelo espancamento a um perfil noticioso no Facebook”.

Em matérias produzidas nos dias seguintes passa a constar a assinatura do repórter Diógenes Campanha, “enviado especial a Guarujá (SP)” pela Folha de S. Paulo. A partir deste instante, os enunciados produzidos em torno do caso têm como referência não apenas a credibilidade emanada do enunciado – mínimo e dominante – que corresponde ao nome do jornal, mas também ao valor informativo emanado da assinatura do repórter (MOUILLAUD, 1997).

Com o envio de Campanha à cena do crime, o caso do linchamento ganha ampla repercussão na espacialidade do dispositivo, que passa a contar com um porta-voz credenciado a falar sobre o acontecimento. A própria natureza do discurso é ressignificada, na medida em que o relato jornalístico torna-se mais humanizado. Para além das circunstâncias que envolvem o linchamento, o site procura apresentar ao leitor a história da mulher que “planejava vender sandálias coloridas na vizinhança para ajudar nas contas de casa”.

O amplo processo de midiáticação do momento do linchamento, acompanhado por pessoas munidas de instrumentais técnicos que, a sua maneira, registraram na forma de vídeo o assassinato de Fabiane serviu de subsídio para a construção do relato jornalístico no site da Folha. “Mataram a mulher”, diz morador após espancamento em Guarujá; veja vídeo”, é o título de matéria

publicada no dia 5 de abril, quando a “cobertura” produzida por pessoas distanciadas do circuito produtivo jornalístico ganhou forma na espacialidade do dispositivo. Neste caso, a Folha buscou vídeos produzidos por amadores no site de compartilhamento *YouTube* para sustentar a sua narrativa.

O material circulante no site de rede social *Facebook* também serviu de insumo para o relato produzido pela Folha, que ao longo da cobertura utilizou-se de fontes oficiais, assim como de fragmentos textuais dispersos na rede. “‘Mata sem dó’, diz internauta em site que divulgou boato” é o título de matéria produzida no dia 8 de abril.

A partir da anexação desses excertos discursivos à narrativa jornalística, verifica-se uma tentativa do dispositivo em colocar ordem ao caos informativo, emanado de discursos difusos, e até conflitantes, sobre o caso no *Facebook*. Ao inserir ao relato jornalístico um post da rede social divulgando a existência de uma suposta sequestradora de crianças na cidade de Guarujá, a Folha procurou elucidar o caso, demarcando-o temporalmente, e evidenciar ao seu leitor que “começou assim o roteiro que terminou com o linchamento da dona de casa Fabiane Maria de Jesus”.

Ao longo da sua narrativa, o site procura então “capturar” em meio à enxurrada de discursos anexados ao *Facebook* aqueles que pudessem apresentar ao leitor uma sequência lógica da evolução do caso, desde o boato até o linchamento, passando pelo reconhecimento de que Fabiane foi confundida com outra pessoa e a identificação de suspeitos. O campo jornalístico, neste caso, faz uso de um dispositivo específico – o site da Folha –, para organizar de forma coerente a sequencialidade de equívocos discursivos proferidos num outro dispositivo – o *Facebook* –, e que acabou gerando um efeito nefasto na cotidianidade do bairro Morrinhos, em Guarujá: o linchamento de uma moradora inocente.

A centralidade dos discursos sociais publicados no *Facebook* também foi reconhecida pelo campo policial como elemento crucial para a elucidação do caso. Em matéria datada no dia 6 de abril, o site da Folha indica que “em cerca de duas horas de depoimento, o administrador entregou à polícia a senha da página e disponibilizou o conteúdo das postagens sobre o caso”.

Considerando a ampla repercussão do fato, no dia 7 de abril o dispositivo Folha de S. Paulo se abstém da imparcialidade que rege o texto jornalístico para oferecer o seu ponto de vista sobre o caso via editorial intitulado “Injustiçamento”. Neste espaço, o dispositivo abre mão de falar sobre o acontecimento em si – seja por fontes oficiais ou excertos do *Facebook* – para sentenciar o atraso que aflinge Estado Brasileiro: “sob muitos aspectos, parcelas expressivas da população ainda enxergam a Idade Média – e nela vivem – quando abrem as portas de suas casas”, sentencia.

O editorial também vislumbra um debate sobre o qual os estudos do campo da comunicação terão que se confrontar, qual seja, o da incomunicabilidade gerada por boatos e ruídos emanados de dispositivos cujo “controle editorial” está nas mãos dos seus próprios usuários. “O que importante explicar, na gênese de um processo de boato, é a adesão, a mobilização do grupo que suscita. Mesmo que exista um locutor inicial, o que funde o boato

são as outras pessoas, aquelas que depois de o ouvirem o propagam” (KAPFERER, 1987, p. 32).

De forma quase didática, as gramáticas de produção aqui fazem menção ao episódio das bruxas de Salém, datados de 1692, nos Estados Unidos, quando 20 pessoas inocentes foram executadas. Pela voz emanada do editorial, o jornal associa a histeria produzida pelo episódio à mobilização que as redes sociais aguçam em torno de boatos que se pragmatizam em ações desconexas da realidade, movidas por processos de incomunicabilidade.

A desordem informativa e a reflexão em torno do tema da incomunicabilidade são recorrentes também nos textos opinativos redigidos sobre o caso. “Alguém postou”, “outro alguém achou que era Fabiane”, “outros ‘alguéns’ foram atrás”, e “dezenas de mais ‘alguéns’ deixaram acontecer”, relatou a colunista Eliane Cantanhêde no texto “Onde nós estamos?”, publicado no dia 8 de maio.

O colunista Reinaldo Azevedo, por sua vez, em texto intitulado “Fabiane e a maçã envenenada”, desfaz em sua narrativa os equívocos comunicacionais que, viralizados em rede, culminaram com o fim trágico. “A bruxa era só uma dona de casa que tinha ido buscar a Bíblia, que esquecera na igreja”, relata. “A fruta que ela oferecia era mesmo uma doação”, complementa o colunista elucidando um movimento de Fabiane minutos antes do linchamento interpretado erroneamente como uma tentativa de seduzir uma criança. “Trata-se de uma história infantil de desfecho trágico”, alerta o colunista.

Para além da tentativa de elucidar o caso em meio a informações desconstruídas, o colunista Reinaldo Azevedo entrelaça o caso específico da “Bruxa de Guarujá” a uma problemática generalista que sentencia a fragilidade do Estado brasileiro. “Que país o nosso, não é!”, exclama e questiona o colunista para seguir interrogando: “Notaram como temos Estado demais em petróleo e de menos em segurança pública? Notaram como temos Estados demais em energia elétrica e de menos em educação?”.

As marcas das gramáticas de produção, pela análise dos materiais empíricos, revelam, ainda que de forma preliminar, indícios do trabalho discursivo na tentativa de explicar a construção social de um crime gerido pela introdução de uma falsa informação num tecido social orquestrado em rede.

5 Inferência sobre a construção do acontecimento pelo viés da recepção

As gramáticas postas em cena pelo campo produtivo são tensionadas por gramáticas de recepção, conformadas a partir de certas condições específicas, que revelam relações fragmentadas e difusas diante dos dispositivos comunicacionais. Antes de configurar-se enquanto um receptor, o internauta precisa ser considerado enquanto detentor de um saber e de um esquema de conhecimento sobre o mundo que antecede a sua experiência com a notícia e que precisa ser respeitado e valorizado (VERÓN, 1999, p. 112).

Como estratégia construir a imagem de um usuário ativo, o site da Folha de S. Paulo oferece um espaço para o comentário das notícias. A política de comentários, no entanto, “valoriza os assinantes do jornal, que podem fazer comentários sobre todos os temas em todos os links”, permitindo aos demais internautas a inserção de comentários em apenas 20 textos selecionados pela redação a cada dia.

Como regra geral, a funcionalidade técnica do dispositivo impõem duas restrições quanto à redação dos comentários: as palavras não podem ser escritas todas em letras maiúsculas, e as letras e sílabas de uma mesma palavra não podem estar separadas com traços, pontos ou barras. Em termos editoriais, a Folha adverte que os comentários não podem insultar ou ofender ninguém, assim como não podem fazer qualquer tipo de propaganda.

Aceita as regras do jogo, o internauta precisa ainda preencher uma extensa lista identificando, entre outros tópicos, nome completo, data de nascimento, endereço e CPF. O campo midiático, portanto, impõe regras claras para que o internauta possa ascender à condição de “comentador” e legitima a sua posição de controle e diferenciação alertando que a “Folha de S. Paulo não tem obrigação de publicar todos os comentários escritos pelos internautas – assinantes ou não assinantes”. Revela-se, aqui, uma relação assimétrica entre os interagentes envolvidos, na medida em que o dispositivo detém o poder de definir as regras da interação.

Embates entre as condições de uso impostas pelo dispositivo midiático para fins de comentário e os usos reais postos em cena pelas enunciações dos internautas tornam-se visíveis na espacialidade do site. Não raramente, uma advertência destacada em vermelho indica que “seu texto foi removido porque infringe as regras de uso do site”.

A incompreensão quanto às regras de seleção dos textos subtraídos do site é manifestada na forma de comentários que, ao invés de tratar sobre o acontecimento noticioso, versam justamente sobre a própria política de comentários. “Como é isso de passar por moderação? Não usei um termo chulo sequer, não ataquei nenhuma pessoa diretamente, não tenho direito a comentar, como assinante que sou? Isso não vai ficar assim”, postou o internauta identificado como “top man” em texto que faz alusão indireta ao linchamento de Fabiane.

Em relação às matérias publicadas especificamente sobre o caso aqui analisado, as centenas de comentários suscitados permitem identificar uma ampla variedade interpretativa, situação que remete aos diferentes contextos e aos múltiplos lugares de fala ocupados pelo receptor, bem como a diferentes estratégias relacionais acionadas em relação ao dispositivo jornalístico.

Questões suscitadas pelo campo da produção – a exemplo da fragilidade do Estado brasileiro e o primitivismo do povo – ganham eco numa infinidade de comentários que, para além de legitimar o discurso do campo jornalístico, nomeia culpados: “Bom... depois da Dilma tudo é possível”. Esse é o primeiro comentário referente à primeira matéria produzida pelo site sobre o caso, publicada no dia do linchamento, 4 de abril, sob o título: “Mulher é espancada por moradores em Guarujá suspeita de magia negra”.

Confirmado o falecimento de Fabiane, multiplicaram-se os comentários sentenciadores, visibilizando inclusive oposições contraditórias entre os próprios comentaristas em um movimento dialógico. O internauta nomeado apenas por “x” publicou que “o justo seria que, quem cometeu o crime sofresse uma punição idêntica”. Em resposta ao comentário, o internauta “Madson” disse não concordar com esse pensamento, acrescentando que “o que os populares fizeram foi exatamente o que você está propondo”.

Os comentários suscitados pelos leitores da Folha também revelam movimentos conflitivos entre as intencionalidades interpretativas propostas pelo texto jornalístico em relação à cadeia de sentidos acionada pelo campo receptor. Comentários em torno da matéria “Família de mulher linchada em Guarujá temia boatos sobre ‘bruxa’”, publicada no dia 11 de abril, revela indícios dessa incompatibilidade de sentidos. A comentarista “Eliane” pontua que “esse texto está mal escrito. Não dá para entender nada. Totalmente desconexo”, enquanto outra comentarista, “Niki”, considera “*Muuuito* estranha essa reportagem, não?”.

Para além de críticas pontuais à narrativa jornalística, os comentários fazem referência a uma problemática mais ampla, qual seja, o lugar ocupado por peritos do campo jornalístico no fomento, via discursos, de casos de intolerância como o que vitimou Fabiane. O linchamento da dona de casa, aqui, é tomado pelos leitores como sintomático de um fenômeno mais complexo. Mais do que relatar casos de intolerância sob a ótica jornalística, profissionais do campo são acusados de utilizar a prerrogativa de formadores de opinião para incentivá-los. A crítica social ao trabalho da imprensa pode ser observada em comentários alusivos a outros episódios envolvendo jornalistas e programas jornalísticos, num movimento de rememoração: “Aos que apoiaram o discurso da (jornalista) Rachel Sheherazade: eis o resultado”; “Mais um resultado trágico do “trabalho” dos comunicadores brasileiros”; “Efeitos Brasil Urgente e Cidade Alerta”, “Esse crime bárbaro e hediondo expõe o perigo que é uma jornalista em rede nacional de televisão defender a justiça com as próprias mãos”³.

Para além de uma postura crítica ao trabalho da imprensa, propostas são elencadas, via comentários, com o objetivo de fomentar uma consciência crítica em relação aos usos e potencialidades da mídia. Em comentário postado no dia 6 de abril em torno de matéria sobre o enterro de Fabiane, o internauta “André” sugere que “o linchamento desta mulher no Guarujá após a divulgação irresponsável de um boato em site noticioso é alerta para que a Câmara Federal acelere o trâmite e a consequente aprovação do projeto de lei que prevê o ensino de mídia nas escolas”.

Por fim, vale destacar que enquanto as gramáticas acionadas pelo campo produtivo fazem menção ao um objeto específico – o linchamento em Guarujá –, as gramáticas acionadas pelo campo da recepção codificam a história em torno deste mesmo objeto acionando reminiscências de outros discursos jornalísticos, além de reminiscências que fazem menção a questões de ordem individual, a exemplo da religião. O comentário reportado a seguir é sintomático deste movimento e também faz menção à matéria que noticia

³ A jornalista Raquel Sheherazade, ao noticiar caso de linchamento no telejornal SBT Brasil, disse considerar “compreensível” a postura dos agressores.

o enterro de Fabiane. “Maria de Jesus. Cordeira Imolada em plena Páscoa. Não bastassem as 200 sequestradas na Nigéria, as 300 crianças no barco na Coréia do Sul, a guerra diária entre polícia e Povo, a Síria, o Egito, o Iraque, a Ucrânia. Morte para todo lado”.

9 Notas conclusivas

O acontecimento jornalístico é construído a partir de distintos lugares de fala e ganha projeção pública acondicionado a dispositivos sócio-técnicos que impõe regulações à narrativa. As análises, ainda que preliminares, sobre as gramáticas de produção e reconhecimento em torno do caso da “Bruxa de Guarujá” indicam acoplamentos que, por um lado, tensionam as práticas jornalísticas e, por outro, evidenciam uma vastidão de sentidos acionados pelo leitor quando relegado à condição de cogestor enunciativo.

Embora, o campo jornalístico projete esforços enunciativos para regular os sentidos e oferecer um ordenamento temporal ao acontecimento, as gramáticas de recepção sugerem “sobras de sentido” que fazem combinar reminiscências de outras mídias a questões de ordem individual. Mais do que em qualquer outro momento histórico, o entrecruzamento de discursos originados de sujeitos e lugares de fala distintos sugere que a busca de sentidos, hoje, passa pela interpretação de fragmentos enunciativos. Como sugere Verón (1999), há tantos enunciadores que, na verdade, parece não haver nenhum.

Referências

BERTEN, André. **Dispositif, médiation, créativité: petite généalogie**. Le dispositif. Entre usage et concept. Paris: CNRS edition. 1999. p. 15-23

BORELLI, Viviane. **Regramentos e silêncios no processo de interação entre jornal e leitor**. II Colóquio Semiótica das Mídias. Japaratinga, 2013.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

FAUSTO NETO, Antonio. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2013.

FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido. In: Sousa, mauro Wilton de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Jairo. **Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação

em Comunicação, 2008.

FERREIRA, Jairo. **Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos.** Líbero, Ano IX. Jun 2006.

KAPFERER, Jean-Noël. **Boatos: o meio de comunicação mais velho do mundo.** Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1987.

MEUNIER, Jean Pierre. **Dispositif et theories de la communication:** deux concepts en rapport de codetermination. In: Hermes. Le dispositif. Entre usage et concept. Paris: CNRS editions. 1999, p. 83-91

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Pararelo 15, 1997.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso:** introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PROULX, Serge. **Pesquisas em recepção em contexto de mutação da comunicação:** rumo a uma quarta geração? Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação. Vol. 1, n° 2, julho-dezembro/2013.

VERÓN, Eliseo. **Esto no es un libro.** Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 1999.